Câmara Municipal de Caminha

ATA NÚMERO 02/13-17 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA REALIZADA NO DIA CINCO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE

Aos cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de ***LUIS MIGUEL DA SILVA MENDONÇA ALVES*** *e com a presença dos Senhores* ***GUILHERME CESÁRIO LAGIDO DOMINGOS, ANA SOFIA GARCIA BARROS SÃO JOÃO, RUI PEDRO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA, FLAMIANO GONÇALVES MARTINS, MÁRIO AUGUSTO PAIS PATRÍCIO, LILIANA SOFIA BOUÇA SILVA.***

Iniciada a reunião, às 16 H 00 M, pelo Senhor Presidente **Luís Miguel da Silva Mendonça Alves** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** perguntou se há mais alguma evolução em relação ao assunto do encerramento da repartição de finanças de Caminha ou se há alguma informação adicional decorrente da última reunião de Câmara. Disse que gostaria também de saber qual o ponto de situação em relação à passagem de nível da Travessa do Teatro em Vila Praia de Âncora já que este era um dos pontos do programa eleitoral do PS; perguntou também qual o ponto de situação do projeto CLDS, se há alguma alteração em relação ao projeto de candidatura; solicitou informações relativamente ao gabinete de apoio à presidência, nomeadamente em relação ao secretariado e pediu também que lhe fossem enviados os contactos dos respetivos gabinetes para que seja mais fácil contactar os Senhores Vereadores;

bem como solicitou os contactos dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Para terminar, e uma vez que o Edifício Paços do Concelho tem gabinetes disponíveis, solicitou que lhes fosse disponibilizado um pequeno espaço para poderem utilizar enquanto Vereadores para preparação de reuniões ou até um eventual atendimento ao munícipe caso se proporcione.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** solicitou que fosse colocado um router na sala.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** solicitou informações acerca das AEC's, já que alguns encarregados de educação lhe transmitiram preocupações relativamente a este assunto.

A **Senhora Vereadora Ana São João** disse que efetivamente há um atraso massivo no que diz respeito à dinamização das AEC's, a informação que chegou aos Agrupamentos de Escolas é que seria possível iniciar em Outubro no entanto há 2 momentos ao longo do ano que fizeram com que se verificasse este atraso, o primeiro é a fusão dos agrupamentos de escolas e o segundo foi o período eleitoral. Houve uma decisão interna que foi atrasar o processo e deixar a decisão para o próximo executivo; neste momento e de acordo com a legislação, não é possível operacionalizar rapidamente sem o contributo dos parceiros, que mostraram toda a disponibilidade, e sem fazer a contratação do ponto de vista público com o rigor que isso implica. Disse que este atraso não é deste executivo, vem somado do executivo anterior; referiu que diariamente lhe são colocadas questões, as famílias estão preocupadas por não terem onde deixar os filhos mas não consegue, nesta data, dizer quando é que as AEC's iniciarão, afirmou que o compromisso de todos é tentar, rapidamente, ter as AEC's operacionais.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** disse, já que a Senhora Vereadora referiu o atraso do anterior executivo, que não avançaram precisamente pela questão da contratação bem como o atraso da criação dos horários por parte do Agrupamento.

Câmara Municipal de Caminha

A **Senhora Vereadora Ana São João** referiu que, noutros Municípios, foi possível iniciar de outra forma. Referiu que esta é uma preocupação de todos e não se conseguiu de outra forma, pensar uma resposta que não causasse esta interrupção e as famílias são afetadas por uma questão que não lhes diz respeito e isso é uma preocupação para todos.

O **Senhor Presidente** disse que é testemunha do esforço que a Senhora Vereadora Ana São João tem feito junto dos pais e das escolas para resolver esta situação; é uma questão que diz respeito ao dia-a-dia, não é um assunto cuja resolução se possa adiar.

A **Senhora Vereadora Ana São João**, relativamente ao CLDS disse que a contratação do primeiro técnico aconteceu em Junho. Disse que o que está em curso tem já um largo espetro de intervenção com desempregados, está a ser desenvolvida toda a dinâmica em termos institucionais, no entanto, outras questões que sejam em matéria de alteração à candidatura inicial, deverá ser tratada em colaboração com a direção do Centro Social e Paroquial Nossa Sra. da Encarnação já que foi assim que foi feito todo o processo anterior. Afirmou que, em termos técnicos é esta a sua postura, de respeito pela autonomia das instituições.

O **Senhor Presidente**, em resposta à solicitação de cedência de um espaço feita pelo Senhor Vereador Flamiano Martins para que os senhores vereadores possam reunir ou fazer atendimento se assim o entenderem, pensa que é necessário agora, tal como já o foi no passado; disse que este é um direito que decorre do estatuto de oposição e o esforço que vão fazer procura dar soluções, não só para os senhores vereadores do PSD mas gostaria de encontrar soluções mais globais, ou seja, que servissem de apoio também aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal do PSD bem como ao Grupo Parlamentar do PCP. Pensa que criar o espaço e as condições é importante e deveria ficar estabelecido no regimento que querem fazer.

Relativamente à constituição do gabinete de apoio à presidência, dos contactos e informações, terá muito gosto em cedê-los. Explicou que a nova lei prevê que o Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores com pelouros atribuídos, tenham direito a um Chefe de Gabinete, a um Adjunto e dois Secretários; ou três Secretários se o Presidente da Câmara abdicar do Chefe de Gabinete ou do Adjunto. Informou que assinou um despacho no sentido de abdicar do Chefe de Gabinete para que os Senhores Vereadores tenham a possibilidade de terem três secretários; assim disse que está nomeado um Adjunto, três Secretários e a ideia é aproveitar até ao limite das competências, aquilo que é o potencial dos funcionários da Câmara Municipal. No que sejam competências ligadas à normalidade do trabalho, se puderem encontrar na Câmara, atores que possam protagonizar determinado tipo de trabalhos não prejudicando o trabalho que já estão a realizar ou os serviços onde estão colocados, potenciarão a procura dessas pessoas.

Sobre a questão da REFER e da Travessa do Teatro, disse que esta é, tal como foi dito, uma matéria sobre a qual, durante a campanha eleitoral, tomaram posição. Contextualizando este assunto, referiu que, por alturas da Páscoa, a Câmara Municipal de Caminha, anunciou que teria cortado relações com a REFER a propósito da questão da Travessa do Teatro e a incompreensão da REFER quanto ao que era a posição da Câmara. A Câmara tomou uma posição mais dura, deixando para um grau politico a resolução do assunto, nomeadamente para o Governo.

Já em campanha, disse que teve oportunidade de, juntamente com o Dr. Guilherme Lagido, de se deslocar à sede da REFER em Lisboa e falar com o Presidente do Conselho de Administração, demonstrando abertura para encontrar soluções, se entretanto fossem eleitos para a Câmara Municipal de Caminha, dando-lhe conta que a vontade da população passaria, primeiro, por uma solução nivelada, mas que estariam abertos para outro tipo de solução se esta pudesse aproveitar a dinâmica comercial daquele espaço, bem como o melhoramento do espaço publico na zona do Parque Ramos Pereira. O Senhor Presidente do Conselho de Administração da REFER referiu que ficou surpreendido com o corte de relações por parte da Câmara

Municipal mas que estaria disposto a trabalhar com o Município de Caminha para encontrar uma solução no entanto deixou claro que nunca deixaria que houvesse uma passagem nivelada na Travessa do Teatro já que não se responsabilizaria por nenhum acidente que ali pudesse ocorrer mas estaria aberto para encontrar com o Município de Caminha uma solução desnivelada para aquela zona e que até poderia comparticipar uma solução que a Câmara pudesse encontrar. Afirmou que o que disseram ao Senhor Presidente do Conselho de Administração, foi que havia uma vontade muito grande da população em encontrar uma solução nivelada, já que seria a mais evidente e mais barata, mas que se bateriam por uma qualquer solução caso não houvesse nenhuma proposta por parte da REFER.

Foram eleitos e o que se propuseram fazer foi discutir com a REFER, não só a questão da Travessa do Teatro mas também a questão que diz respeito a toda a travessia da linha do comboio, da entrada norte a partir de V.N.de Cerveira até ao sul do concelho, da saída de Âncora. Disse que o que pretendem debater com a REFER é a questão de segurança de todas as passagens de nível, consolidando as condições de segurança que já existem; a questão ligada ao canal por onde passa o caminho-de-ferro; e por fim a cedência de imóveis que existem ao longo do percurso tendo em conta algumas vontades das diversas Juntas de Freguesia bem como algumas ideias para alguns desses espaços. Disse que já foi preparado um ofício a convidar o Senhor Presidente do Conselho de Administração da REFER a visitar o nosso concelho de modo a poder reunir na Câmara Municipal a propósito destas matérias podendo dar contributos relativamente a algumas situações. Ainda relativamente às questões ligadas aos comboios, disse que há uma outra questão que o preocupa e gostaria de sensibilizar os senhores vereadores para uma eventual tomada de posição que diz respeito ao comboio de alta velocidade que passará pelo concelho. Existe a proposta de um comboio de alta velocidade que fará o trajeto Porto-Vigo, bem como o inverso, existe uma incapacidade de união por parte de alguns concelhos, nomeadamente entre Cerveira, Esposende, Viana e Caminha, uma desunião abstrata já que não houve ainda um posicionamento concreto relativamente a uma paragem no Alto-Minho. Há uma forte vontade de

Viana do Castelo em poder fazer isso e o facto de Esposende, Cerveira e Caminha, não estarem de acordo, já que todos querem uma paragem, está a prejudicar a existência de uma paragem no Alto-Minho. Explicou que o seu posicionamento, ainda que informal, tem sido o de dizer que estão disponíveis para encontrar uma solução que deve preencher o máximo de apoios possíveis para que se possam bater por uma paragem no Alto-Minho, e dizer com clareza que preferem que haja uma paragem que não seja no concelho de Caminha do que não haja paragem nenhuma; todos beneficiarão mais deste comboio de alta velocidade se houver uma paragem, do que se não houver qualquer paragem. Mostrou disponibilidade de se unir ao Senhor Presidente da Câmara de Viana do Castelo, no sentido de juntar os Municípios que se batem por esta questão, pela possibilidade da paragem ser em Viana do Castelo de modo a que Caminha possa também, em modo de diálogo, tirar algum beneficio.

Em relação à questão das Finanças de Caminha, tal como anunciou, falou com o Chefe da Repartição que lhe demonstrou uma grande preocupação relativamente ao que se passa e ao que é vontade anunciada do Governo, mas disse também que não tem nenhuma posição formal e oficial do encerramento da Repartição de Finanças de Caminha. Disse que lhe pediu que reunisse o máximo de dados sobre o modo como trabalham no concelho para perceber que argumentos poderiam utilizar para fazer a defesa desta repartição no concelho de Caminha; o que lhe foi transmitido nesta reunião é que existem muitos elementos de debate nesta matéria por três razoes específicas: a importância histórica que a repartição de finanças assume no nosso concelho; pela despesa que esta repartição dá, já que existem 6 funcionários, dois dos quais são funcionários da Câmara; a Câmara já dá um contributo e isso é razão suficiente para se baterem ainda mais. Outra questão é o edifício onde está a funcionar a repartição de finanças que é propriedade de uma empresa pública que gere todos os edifícios património do estado mas se Caminha tiver que assumir que a condição para que a repartição de finanças se mantenha é ter um espaço partilhado com outros do Estado, um espaço onde o Município tenha que agir para poder assegurar a sua continuidade, então assim será. A segunda

condicionante é que a mudança e o encerramento da repartição de Caminha passa pela assimilação de todo o trabalho pela repartição de finanças de V.N. de Cerveira; isto não resolve o problema de Caminha e piorará os problemas de Cerveira; isso deverá ficar claro, Cerveira tem algumas dificuldades em gerir o seu funcionamento com a massa de contribuintes que tem, mas tem cerca de ¼ de contribuintes que tem Caminha, ou seja, passariam a triplicar o movimento que existe hoje em Cerveira; finalmente, disse que o maior argumento é explicar que, em termos de pagamento de IMI, a receita de IMI recolhida na repartição de finanças de Caminha faz com que o concelho de Caminha seja o terceiro maior contribuinte de IMI do distrito de Viana do Castelo. Perante isto é inaceitável que digam que temos que pagar o que devemos mas mudam a repartição de finanças para Cerveira. Disse que o próximo passo será irem a Lisboa, solicitará um encontro com o Ministério das Finanças; duvida que respondam a este desafio, mas dará conta quando estiver agendada a reunião. Disse também que esta é uma questão que já foi tratada nas reuniões da CIM.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva**, relativamente ao assunto da REFER, disse que não aconteceu o corte de relações com a Câmara; que a mesma resposta que lhes tinham dado durante as eleições, tinham dado também ao anterior executivo manifestando também o apoio nas possíveis soluções; disse que foram apresentadas diversas soluções, falou-se também na passagem que existe e que foi reaberta pelo anterior executivo para as Festas da N. Sra. da Bonança; Reforçou que não faz sentido que se fale em corte de relações e prova disso é que se procurou sempre o diálogo e só não foi encontrada solução para a Travessa do Teatro porque não é um assunto pacífico nem de fácil resolução.

O **Senhor Presidente** disse que este é o momento de perceberem também qual é a melhor solução e qual é a escolha da população, poderá ser também uma oportunidade de fazer um debate aberto à população, onde se possam apresentar

as possíveis soluções e as pessoas possam manifestar a sua vontade, sendo esta a possível ou não.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** disse que este assunto já vem de outras eleições; sempre ouviram a população de Vila Praia de Âncora chegando inclusivamente a existir uma comissão para estudar a possibilidade de fazer uma passagem desnivelada ou até uma solução um pouco mais a sul. No entanto, essa comissão e a população, sempre determinou que fosse de nível e ficaram num impasse que dura até hoje; a população não prescinde disso e o conselho de administração da REFER não aceita essa solução, o impasse continua.

O **Senhor Presidente** disse que este é o momento de apelar à participação, esta é uma escolha que diz respeito a várias matérias; é um assunto sensível para a população de Vila Praia de Âncora e têm o dever de apresentar todas as opções possíveis. O primeiro passo será perceber, junto da REFER, até onde podem ir para depois apresentar os vários cenários à população e decidir em conformidade.

O **Senhor Vereador Mário Patrício**, relativamente ao que foi dito sobre Vila Nova de Cerveira, disse que a Lei das Finanças Local, desde 2007, prejudicou muito o concelho de Caminha. O Município de Caminha recebe quase o mesmo que recebe o Município de Vila Nova de Cerveira tendo V.N.de Cerveira metade da população de Caminha. Este é um problema do concelho de Caminha que o Senhor Presidente deverá lutar por resolver já que, em termos de futuro, limita muito; Cerveira tem um orçamento idêntico a Caminha, Melgaço ou Paredes de Coura, tem metade da população, têm metade dos problemas nas vilas, porque o concelho de Caminha tem duas vilas que é causa de maior despesa; disse que o rácio utilizado para calcular as despesas não é o mesmo utilizado para calcular a receita; Caminha paga mais lixo, mais água e recebe menos transferências do FEF.

Câmara Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente** esclareceu que quando falou no movimento das finanças de Cerveira; Caminha tem mais movimento porque recebe pessoas também de Viana já que a repartição de Caminha é mais rápida na resposta dada aos problemas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PROPOSTA N.º 01 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 2013/09/25

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se:**

- Que seja aprovada a ata **da reunião ordinária de 25 de Setembro passado.**

A presente proposta foi aprovada com 3 votos a favor dos Senhores Vereadores Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva, 0 votos contra e 4 abstenções do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva.

PROPOSTA N.º 02 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2013/10/23

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se:**

- Que seja aprovada a ata **da reunião extraordinária de 23 de Outubro passado.**

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

Câmara Municipal de Caminha

PROPOSTA N.º 03 – REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR RELATIVA AO PROCESSO DE CONCURSO-"BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA"

Nos termos e com base nos fundamentos constantes da informação dos serviços que aqui se dá por reproduzida, para todos os efeitos, e uma vez que houve circunstâncias supervenientes que alteram radicalmente os pressupostos da decisão de contratar, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere não adjudicar e revogar a decisão de contratar relativa ao contrato publico identificado no título da proposta.

O **Senhor Presidente** disse que a proposta 3, 4, 5 e 6 estão ligadas. Disse que estão englobados um esforço da Câmara Municipal no sentido de verem aprovados as peças do procedimento, o júri de cada um dos concursos bem como a abertura de concurso público relativamente à Biblioteca de Caminha, ao Mosteiro de S. João de Arga bem como uma intervenção nos quarteis que o rodeiam e também uma intervenção relativamente à ecovia, nos troços quer da freguesia de Lanhelas quer na freguesia de Seixas que estão fora do âmbito da Polis Litoral Norte.

Explicou que o que quiseram foi aproveitar uma oportunidade, felicitou os técnicos da Câmara Municipal envolvidos em cada um destes projetos, os técnicos que estão preparados para fazer as candidaturas e prepararam a informação para esta Reunião de Câmara. Perceberam em pouco tempo que estes projetos eram na sua génese projetos importantes para o concelho de Caminha, que não se limitavam a nascer e morrer sem mais para dar, mas que elaborados e colocados ao serviço da população teriam muito para dar, projetando o concelho para outros patamares.

Falando do projeto da Biblioteca Municipal, disse que é um projeto de grande dimensão e projeção da cultura em Caminha mas também uma forma de potenciar o centro histórico. É um projeto que claramente alavanca o concelho para a frente. O segundo projeto é de valorização do Mosteiro de S. João d'Arga criando condições de usufruto dos quartéis em volta. Disse que o facto de apostarem na valorização do Mosteiro é também uma forma de criar um nicho de atração e de chamamento que vai valorizar toda a Serra d'Arga naquilo que tem também de ser um projeto

potenciador e valorizador de usufruto da serra. Relativamente ao terceiro projeto, que tem a ver com a ecovia, é um projeto mais alargado de uma ecovia que atravessa o concelho, de Norte a Sul, que tem algumas dificuldades que dizem respeito ao próprio terreno. Disse que não tiveram condições de obter os pareceres de todas as entidades envolvidas, mas querem dar um sinal que signifique que querem que esta ecovia seja uma realidade, querem sinalizar a ecovia e de certo modo sinalizam espaços que são muito importantes.

Explicou que a proposta 3 é um pressuposto da proposta 4 e tem a ver com a decisão de revogar a decisão de contratar relativa ao processo de concurso " Biblioteca Municipal de Caminha".

Agradeceu o esforço do Senhor Vereador Rui Teixeira para que pudessem candidatar estes processos aos fundos comunitários; disse que tiveram também a colaboração da CIM Alto Minho na conjugação de esforços para que pudessem candidatar estes projetos em tão pouco tempo, e do Secretário Executivo, o Eng. Júlio Pereira que se deslocou a Caminha para ajudar nestes projetos.

Seguidamente foi feita uma apresentação em PowerPoint do projeto da nova Biblioteca Municipal pelo Arquiteto Nuno Brandão Costa.

A **Arquiteta Lara Mendes**, Técnica Superior do Município, deu também uma breve explicação acerca das candidaturas.

O **Senhor Vereador Flamiano** manifestou agrado por pretenderem dar continuidade ao desenvolvimento destes três projetos; disse que teria umas questões que gostaria de esclarecer relativamente ao trabalho que foi realizado ao longo dos últimos anos. Em relação ao Mosteiro de S. João de Arga, referiu que não deixarão de apoiar esse projeto já que representa uma oportunidade para a Serra D'Arga; colocou duas questões em relação ao projeto que foi apresentado: disse que no projeto inicial apresentado pelo IGESPAR, havia lugar à construção de um anexo onde funcionaria a Comissão de Festas, o posto de 1ºs socorros bem como a

amplificação sonora e que agora não aparece, pediu esclarecimento acerca deste assunto bem como a questão da energia já que está contratualizada a chegada de energia elétrica ao monumento; relativamente à Biblioteca, disse que não consideravam este projeto prioritário relativamente a outros aspetos existentes no centro histórico como é o caso da Casa Sidónio Pais e a requalificação da Rua Direita; para além de acharem o projeto, tal como foi dito pelo Arquiteto presente, bastante impactante já que tem um aspeto muito moderno que poderá chocar a própria população e este seria um assunto a discutir com a população para que não houvessem reclamações causadas pelo aspeto impactante que o projeto tem.
Relativamente à ecovia questionou: a ligação de Caminha a Seixas, nomeadamente a passagem do Rio Coura; a passagem em Seixas das Pedras Ruivas para o Cais de S. Bento; em Lanhelas, perguntou o que vai acontecer à ecovia em Lanhelas; disse que, tanto um projeto como outro, deveria ter mais discussão; embora compreendam que é uma oportunidade para apresentar o projeto, para se candidatarem ao financiamento mas devem salvaguardar o facto de poderem vir a ter de alterar alguns aspetos.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** disse que começaria por enquadrar estes projetos, que já vêm de há muito tempo. Começou pela Ecovia e disse que começou a participar nas reuniões da Polis, em 2009, percebeu então que seria criada a ecovia do litoral, uma ecovia complementar por opção do anterior executivo que é Caminha - Vilar de Mouros e não havia dinheiro para mais. Explicou que entretanto, na altura conseguiram 800 mil euros através de uma candidatura, para fazer esta ecovia; de um lado tinham a ecovia do litoral pela Polis, do outro esta ecovia para Lanhelas. Disse que deram inicio ao projeto e entraram em contacto com as Estradas de Portugal e manifestaram vontade de alargar a ponte já que queriam seguir com a ecovia que termina no posto náutico; a ponte rodoviária tem dois passeios diminutos; propuseram que fosse feito o alargamento da faixa de rodagem e criado um passeio com três metros; as Estradas de Portugal, como resposta informaram que esta alteração introduzia torções na estrutura o que era

incompatível; a Câmara teria então que construir uma ponte ao lado; sabendo que aquela é uma zona de proteção especial, Rede Natura 2000, não há organismo nenhum que aprove a construção de uma nova ponte, este foi o primeiro revés: não conseguiram resolver este assunto junto das Estradas de Portugal; do lado da Sra. da Ajuda seria mais simples mas chegando ao Alto da Veiga teriam dois atravessamentos para fazer para passar para o lado do rio: a N13 por cima e o Caminho-de-Ferro por baixo. Decidiram então ir pelo lado esquerdo, fariam uma estrutura em madeira como já existe em Viana do Castelo; o ICN deu parecer negativo já que para fazer a obra teriam que se colocar estacas e fazer aterro, sendo esta uma zona de proteção; este foi o segundo revés; não conseguiram começar a ecovia onde queriam. Num terceiro projeto decidiram começar em Seixas, no Alto da Veiga – Pedras Ruivas, aqui, ao ser Reserva Ecológica não foi permitido; a última opção foi começar no cais e foram até Lanhelas; em Lanhelas depararam-se com a entrada da Casa da Torre e o proprietário não autorizou a que fosse feita a passagem e o projeto não foi concluído.

Disse que não percebe como é que será aprovada uma candidatura que tem "um buraco" de 1 km; não havendo solução nem projeto, questionou como é que a candidatura poderia ser aprovada. Sugeriu negociar com o proprietário da Casa da Torre, expropriando terrenos; disse que, na altura equacionaram, juntamente com os serviços técnicos, na estação de Lanhelas, passar pelo interior de Lanhelas, teria que atravessar a N13, passar por o interior de Lanhelas e sair nos Armazéns Cunha, voltar a atravessar a N13 para retomar a ecovia. Afirmou que tem duvidas que esta candidatura seja aprovada já que lhe falta um grande troço.

Em relação ao S. João de Arga, disse que não percebeu quando falaram dos painéis solares e das eólicas. Disse que este é um projeto muito querido por todos já que quando contactaram a Direção Geral de Monumentos solicitaram que fizessem o projeto, tal como tinham feito para a Misericórdia de Caminha; quiseram dar ao projeto não só reabilitação, quiseram introduzir nos quartéis a possibilidade das pessoas lá dormirem, terem luz, aquecimento, 2 casas de banho com água quente já que, de abril a outubro, pretendiam que este espaço fosse aproveitado uma vez que

é um espaço com um grande potencial. Explicou que, para resolver o problema da energia foi feito o pedido à EDP para fazer a média tensão, pagaram 20 000 euros, que corresponde à metade do valor da obra para lá levar energia.

Afirmou que estes projetos já tinham estado contratualizados, no entanto, o não tiveram capacidade para os concretizar já que, por via de um dos PEC's, foram impedidos de contratualizar empréstimos, para além de ter saído a Lei dos Fundos Disponíveis piorando mais esta situação.

Disse que a seu ver, algo que está relacionado é a Rua Direita, Biblioteca e Casa Sidónio País e questiona o facto de terem excluído a Casa Sidónio País. Disse que lhe parece ser mais importante para "fechar" o assunto da Rua Direita, reabilitar a Casa Sidónio Pais potenciando ainda mais o centro histórico. Em relação ao projeto da Biblioteca que também já tinha estado contratualizado, caiu pelas mesmas razões anteriormente mencionadas, que foi o facto de não poderem fazer empréstimos. Chamou a atenção do Executivo de que o que poderão ter de financiamento é 85% e não de 1,4 milhões mas sim só de 950 mil euros, o valor restante seria o executivo a dispor e já com a Casa Sidónio Pais, não seria assim. Disse que poderiam avaliar a questão da Biblioteca em prol da Casa Sidónio Pais.

O **Senhor Presidente** agradeceu as intervenções já que permitem valorizar algumas das questões colocadas. Recordou que tomaram posse há cerca de 15 dias e foi-lhe apresentada pelos serviços a possibilidade de haver candidaturas a fundos comunitários em determinado tipo de projetos e em determinado tipo de áreas que teriam de ser apresentadas até ao dia 8 de novembro; isto significa que tiveram que trabalhar rapidamente com os serviços bem como fazer escolhas. Dito isto, relativamente ao Mosteiro de S. João d'Arga, e ao nível do abastecimento de eletricidade, disse que tinha a informação do processo tal como foi apresentado pela Senhora Arquiteta e tinha a informação do Senhor Vereador Rui Teixeira da contratualização com a EDP e do pagamento já de 20 mil euros do que seria a "chegada da luz" a S. João d'Arga. Disse que a sua opção foi assegurar o mínimo denominador possível para depois poderem avançar para o máximo denominador

possível, ou seja, assegurar aquilo que a técnica propunha que era o que estava no projeto e poderem, no futuro, passar para outra dimensão do que é a eletrificação. Disse que a habitabilidade dos quartéis é importante, mas foi-lhe dito que estavam salvaguardadas no projeto a criação de algumas condições de habitabilidade que não seriam suficientes para criar um hotel de turismo de habitação mas que eram estavam preparadas para receber pessoas que lá quisessem trabalhar em determinados períodos do ano, ou para receber escuteiros ou grupos de caminhadas. Relativamente ao edifício de apoio para a Comissão de Festas, disse que não sabe responder deixando a resposta para a Arquiteta, no entanto disse que fica o compromisso político de, perante a força que têm as festas de S. João d'Arga, encontrarem uma solução para esta matéria.

Relativamente à ecovia, politicamente disse que o projeto global é extraordinário, existir uma ecovia que vem do norte do distrito e vai até Esposende merece o apoio de qualquer cidadão que goste da sua terra e do seu espaço publico. O que o Senhor Vereador Mário Patrício disse é verdade relativamente a duas coisas: que o financiamento que a Polis Litoral Norte assegurava era o financiamento da entrada sul da ecovia, passando pela Gelfa, Âncora, Vila Praia de Âncora, subindo por Moledo até ao Rio Coura mas depois não haveria financiamento e teriam que aproveitar outro tipo de propostas e possibilidades do quadro europeu. Muitas das dificuldades que o Senhor Vereador encontrou mantêm-se, há uma condicionante forte que se mantém que é a não possibilidade do atravessamento da ecovia na Casa da Torre; disse que é uma longa ecovia de dificuldades que se colocaram e ainda se colocam. Explicou que a opção politica que fizeram foi verificarem que têm uma opção de financiamento, não têm a certeza, perante o debate do novo quadro comunitário que possa aparecer uma outra possibilidade tão avultada e a opção foi fazer o que podem neste momento que é, ligando uma resposta imediata que dão à freguesia de Lanhelas criando uma nova zona de lazer que vai até aos cais do isqueiro até ao bar do rio, passando por Cerveira, servem a população de Lanhelas e potenciam a ligação a Cerveira; terá menos autonomia a ligação que vai do Cais de S. Sebastião até à estação de Lanhelas mas pretendem usar, no futuro este

troço, que é não só um troço de uma obra não feita no concelho, como um troço não feito de uma obra num conjunto de vários concelhos; poderão explicar, no futuro, através das dificuldades que têm no presente que seria interessante para todos os concelhos, e toda esta região, fecharem a ecovia encontrando um financiamento para isso. Sabem da dificuldade deste projeto ser aprovado e do risco politico de avançarem com um projeto que pode até nem ser aprovado e a oposição cobraria este facto; sabem que existe uma oposição responsável que saberá perceber que era importante ter a ecovia e era importante olhar o projeto tendo em conta a oportunidade de financiamento; disse que era importante também arriscar fazer a candidatura sabendo que teriam uma oportunidade de financiamento. Relativamente à ponte sobre o Coura, disse que é um problema que gostaria de ver resolvido sabendo sempre que será difícil.

Relativamente à biblioteca disse que é de facto uma questão onde há um conteúdo politico ainda mais forte. Percebe a análise feita acerca da Casa Sidónio Pais e os Senhores Vereadores sabem que era possível candidatar a Casa Sidónio Pais até dia 8, mas houve uma opção que vai em sentido inverso do que os Senhores Vereadores do PSD defendem; defendem que a Casa Sidónio Pais era prioritária face à opção, se houvesse dinheiro para os dois melhor, caso contrário optariam pela Casa Sidónio Pais, mas a prioridade do executivo é a biblioteca por duas razões específicas: primeiro porque entendem que a biblioteca é uma obra que pode marcar bem a recuperação global de todo o centro histórico a partir de um trabalho muito bem construído, com muito cuidado e que pode ser potenciado aquele espaço não só para uma vertente normal de um serviço de biblioteca mas potenciar a valorização cultural pela criação de espaços de artes plásticas, de leitura, de aproveitamento para conferências, colóquios, espaços musicais; criando uma dinâmica própria. Desse que o espólio de Sidónio Pais está no Museu da Republica e há um diálogo permanente entre os responsáveis camarários dos últimos anos com o Museu da Republica e pensa que se poderá aproveitar um pouco do legado histórico também no futuro museu; disse que o valor previsto para a candidatura relativamente à Casa Sidónio Pais só serviria para o levantamento físico da casa-

museu e não para o recheio que não teria financiamento e custaria sempre cerca de 300 mil euros.

A **Senhora Vereadora Liliana Silva** disse que a biblioteca tem valor e todas essas valências têm muito valor no entanto referiu que também existe a Ludoteca em Vila Praia de Âncora e questionou se dois edifícios desta dimensão não serão demasiado para o nosso concelho face ao numero de utentes que têm neste momento.

O **Senhor Presidente** disse que há espaço para os dois equipamentos, a Ludoteca tem um grande potencial e que deve ser reforçado mas a Biblioteca é muito importante. Disse que esta foi a opção escolhida, gostariam de reconstruir a Casa Museu Sidónio Pais, está ali um problema que tem que se resolver já que está numa fase em que se degrada rapidamente; mas a opção foi a que acabou de ser apresentada já que pensam que esta será a melhor escolha para Caminha. Disse que decidiram arriscar, se não fizessem a candidatura o concelho perderia claramente porque não teria estas obras, há um risco político, há o risco técnico de existirem erros, mas prefere assumir o ónus político de se terem candidatado estes projetos e não se ter conseguido, por questões financeiras ou técnicas, do que assumir o ónus de ter prejudicado o concelho por não ter aproveitado esta oportunidade.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** disse que discorda da análise feita no sentido de preferir a Biblioteca por ser um projeto-âncora para a zona histórica em vez da Casa Sidónio Pais e discorda porque a Casa Sidónio Pais não é apenas um Museu, seria o único local no país, ligada à Presidência da Republica, onde qualquer historiador que queira estudar a República ou uma das suas figuras possa obter informações já que estaria diretamente ligado ao Museu da Presidência. Tem esta valência e um nome que Caminha divulgaria por Portugal fora. Em segundo lugar, disse que não é apenas mais um Museu que terá o espólio de Sidónio Pais, tem

muito mais, já que no acordo feito com a Presidência da Republica, no espaço itinerante estará sempre uma exposição sobre um Presidente da Republica, há esta rotatividade. Não seria um mero museu, qualquer historiador poderia aceder a todo o arquivo a partir de Caminha. A esta importância do museu, acresce o facto de resolverem o problema daquela ruina. Disse que, se tiver que optar, a votação seria no sentido de primeiro a Casa Sidónio Pais e depois a Biblioteca.

O **Senhor Presidente** disse que a Casa Sidónio Pais tem um problema associado ao financiamento do recheio que os preocupou, e é mais fácil colocar a Casa Sidónio Pais dentro da biblioteca do que a biblioteca dentro da Casa Sidónio Pais. Explicou que a Casa Sidónio Pais tem algumas valências, nomeadamente ligadas ao espólio ou ao debate da história do legado do Presidente da Republica; será mais fácil promover na biblioteca ações que passam pela valorização do espólio, de uma ligação ao Museu da Republica numa série de atividades que possam promover a passagem de ilustres figuras pelo concelho, do que o contrário.
Disse que percebe o que quer dizer relativamente à ecovia, mas têm uma leitura de usufruto do espaço publico já que os espaços ao ar livre, o verde, o turismo desportivo tem hoje uma capacidade de projeção maior que a construção da Casa Museu Sidónio Pais; esta é a opção tomada e disse que pensa que ficou clara a posição de cada um nesta matéria.

A **Senhora Arquiteta Lara Mendes** disse que, tanto relativamente ao Mosteiro como à Ecovia, há este momento um quadro de candidaturas muito específicas e não se sabe quando é que voltaria a haver esta oportunidade. Sobre a ecovia, disse que enquadra a especificidade dos espaços naturais do troço de Lanhelas estar aprovado ou não; ele não tinha enquadramento nesta candidatura. Sobre a Casa da Torre, disse que o proprietário é totalmente contra a passagem por baixo mas manifestou abertura no sentido de se equacionar uma passagem junto à estrada nacional o que não seria fácil; há também a questão da ponte no rio Coura, que, como foi referido tem outras condicionantes.

O **Senhor Presidente** disse que tiveram abertura para compreender qualquer ajuste que se possa fazer.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** disse que a Câmara corre o risco de a candidatura da ecovia não ser aprovada e se assim for, poderiam candidatar a Casa Sidónio Pais. Entende que isto resolve um problema grave na Rua Direita, pensa que esta opção se deveria manter em aberto já que o projeto está pronto.

A **Arquiteta Lara Mendes** disse que esta candidatura da ecovia, como enquadra a candidatura conjunta com a CIM Alto Minho, tem a imposição de que o Município avance com esta empreitada sob pena de que se um Município ficar para trás, porá em causa todas as outras candidaturas dos restantes Municípios, pelo facto de ser uma candidatura conjunta.

O **Senhor Vereador Mário Patrício** reforçou que esta candidatura tem fortes condicionantes que, infelizmente, poderão fazer com que a mesma não seja aprovada logo deveriam equacionar a candidatura da Casa Sidónio Pais. Disse que não deixaria ficar de fora a questão da Casa Sidónio Pais se não for por razoes do foro económico.

O **Senhor Vereador Rui Teixeira** disse que a questão que levantou em relação ao endividamento e aos fundos disponíveis, que decorrem da lei das finanças locais, são um problema atual da Câmara Municipal. Explicou que o que está em causa, é de facto a candidatura e a colocação em orçamento para 2014/2015 que são as datas de execução da própria obra.

O **Senhor Presidente** disse que o próximo quadro comunitário vai privilegiar algumas áreas que, embora não se saibam exatamente quais são, sabe-se que vai privilegiar a área do emprego, aposta na inovação e no empreendedorismo, mas há

também uma área que devem salvaguardar e que decorre um pouco da falta de saúde da União Europeia e que é a questão ligada ao património, aos patrimónios materiais e imateriais; à valorização das identidades e pensam ter espaço, num futuro quadro comunitário, de candidatarem esta e outras obras.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 04 – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO, DO JURI DO CONCURSO E DA ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO - " BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CAMINHA"

Face à informação técnica dos Serviços, que aqui se dá por reproduzida, **propõe-se** a aprovação do projeto de execução da empreitada em epígrafe, constituído pelo caderno de encargos, mapa de quantidades, plano de segurança e saúde em projeto, plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, memória descritiva e justificativa e peças desenhadas, com uma estimativa orçamental de € 1.072.000,00 + IVA.

Mais **se propõe** a aprovação do júri do concurso que consta da mesma informação e a abertura do respetivo concurso publico.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva.

O **Senhor Vereador Mário Patrício**, em nome dos Senhores Vereadores do PSD, fez declaração de voto e disse que a abstenção se deveu ao facto, já explicado, de

que entendem que a prioridade deveria ser a Casa Museu Sidónio Pais e que deveria fazer parte deste rol de obras a candidatar.

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** acrescentou que não vão obstaculizar esta proposta nem a candidatura, bem como não criticarão caso a mesma não seja aprovada já que pretendem ter uma atitude construtiva.

PROPOSTA N.º 05 – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO, DO JURI DO CONCURSO E DA ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO -"MOSTEIRO DE S.JOÃO D'ARGA"

Face à informação técnica dos Serviços, que aqui se dá por reproduzida, **propõe-se** a aprovação do projeto de execução da empreitada em epígrafe, constituído pelo caderno de encargos, mapa de quantidades, plano de segurança e saúde em projeto, plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, memória descritiva e justificativa e peças desenhadas, com uma estimativa orçamental de € 602.805,52 + IVA.
Mais **se propõe** a aprovação do júri do concurso que consta da mesma informação e a abertura do respetivo concurso publico.

A presente proposta foi aprovada com 6 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, e Liliana Silva 0 votos contra e 1 abstenção do Senhor Vereador Mário Patrício.

O **Senhor Vereador Mário Patrício**, em nome dos Senhores Vereadores do PSD, fez declaração de voto e disse que a abstenção se deveu ao facto, já explicado, de que entendem que a prioridade deveria ser a Casa Museu Sidónio Pais e que deveria fazer parte deste rol de obras a candidatar.

Câmara Municipal de Caminha

PROPOSTA N.º 06 – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DE PROCEDIMENTO, DO JURI DO CONCURSO E DA ABERTURA DE CONCURSO PUBLICO- "ECOVIA-CAMINHO DO RIO MINHO (CAMINHA-LANHELAS)"

Face à informação técnica dos Serviços, que aqui se dá por reproduzida, **propõe-se** a aprovação do projeto de execução da empreitada em epígrafe, constituído pelo caderno de encargos, mapa de quantidades, plano de segurança e saúde em projeto, plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, memória descritiva e justificativa e peças desenhadas, com uma estimativa orçamental de € 485.815,00 + IVA.
Mais **se propõe** a aprovação do júri do concurso que consta da mesma informação e a abertura do respetivo concurso publico.

O **Senhor Vereador Mário Patrício**, em nome dos Senhores Vereadores do PSD, fez declaração de voto e disse que a abstenção se deveu ao facto, já explicado, de que entendem que a prioridade deveria ser a Casa Museu Sidónio Pais e que deveria fazer parte deste rol de obras a candidatar.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva.

PROPOSTA N.º 07 – RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE

Considerando que na proposta n.º01 aprovada em reunião extraordinária de Câmara de 23 de Outubro, houve lapso ao mencionar parte da legislação de suporte à

Delegação de Competências, **propõe-se** a retificação da referida deliberação, na parte respetiva, nos termos que a seguir se expressam:

Onde se Lê: "Tendo em atenção que o nº 2, do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, permite que a Câmara Municipal delegue competências no seu presidente, no âmbito da realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante de 150.000 contos (748.196,85 €) e que a alínea b), do nº 1, do artigo 4º, do mesmo diploma legal aplica às empreitadas de obras públicas o seu artigo 29º, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

Delegar competências na Presidência da Câmara Municipal para realizar despesas com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até ao montante de 748.196,85 € (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos).

Mais se propõe que a câmara delibere delegar no presidente as competências delegáveis no âmbito do licenciamento de atividades diversas – Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro e Regulamento de Exercício de Atividades Diversas e em matéria de serviço de transporte escolar – Decreto - Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro."

Deverá ler-se:

"Tendo em atenção que a alínea b), nº 2, do artigo 8º, do Decreto-Lei nº 40/2011, de 22 de Março, permite que a Câmara Municipal delegue competências no seu presidente, no âmbito da realização de despesas, até ao montante de 1 500 000€uros e quando se tratar de empreitadas de obras públicas e se verifique objetivamente urgência na sua celebração, até ao montante de 2 500 000€uros, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

Delegar competências na Presidência da Câmara Municipal para realizar despesas até ao montante de 1 500 000€uros, ou, nas situações supra referidas até ao montante de 2 500 000€uros.

Mais se propõe que a câmara delibere delegar no presidente as competências delegáveis no âmbito do licenciamento de atividades diversas – Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º

48/2011 de 01 de Abril e Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Atividades Diversas e em matéria de serviço de transporte escolar – Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, pela Lei nº 13/2006, de 17 de abril e pelo Decreto-lei nº 186/2008, de 19 de agosto, Decreto-lei nº 55/2009, de 02 de março, Decreto-lei nº176/2012 de 02 de agosto e Portaria n.º 268A/2012 de 31 de agosto."

O **Senhor Vereador Flamiano Martins** referiu que a alteração à lei permite que passe de 700 000 euros para 1 500 000 euros numa adjudicação normal, numa empreitada que seja considerada com carater de urgência, poderá ir até 2 500 000 euros; pensa que são valores muito avultados para a realidade do concelho mas que o executivo terá de gerir; solicitou que adjudicações que sejam superiores a 1 000 000 de euros que seja dado conhecimento ao órgão Câmara Municipal embora possam sempre saber dessas adjudicações através do sistema informático.

O **Senhor Presidente** disse que a ideia foi cumprir a lei naquilo que foi a extensão máxima da possibilidade que a lei dá nesta delegação de competências. Afirmou que em muitas dessas situações a questão não será simplesmente dar conhecimento aos Senhores Vereadores já que há muitas matérias que deverão vir a discussão.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva, 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 08 – APROVAÇÃO DO JÚRI DE SELECÇÃO DO CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Nos termos do disposto no n.º1 do artigo 8º, do Regulamento dos Incentivos a Estudantes do Ensino Superior, **propõe-se** que seja aprovada a constituição do Júri

de Seleção do Concurso para atribuição dos referidos apoios, composto pelos seguintes elementos:

-Presidente do Júri: Vereadora responsável pelos pelouros da Educação e Ação Social;

- Secretário: Técnico Superior do Sector da Saúde e Ação Social da Autarquia;

- Vogal: Técnico Superior de Serviço Social do Serviço Local de Caminha do Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo.

A **Senhora Vereadora Ana São João** explicou que terminada a fase de candidaturas é importante constituir o júri, que à data já estava constituído, mas o próprio regulamento implica a alteração.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 09 – ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – ARTUR ANTONIO FERNANDES

De acordo com a informação dos serviços e em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 6, do artigo 161º, do Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e na alínea c), do n.º 8, do mesmo artigo, “a entidade gestora poderá isentar total ou parcialmente das taxas e tarifas previstas, desde que requerido e mediante previa deliberação da Câmara Municipal, …os consumidores de comprovada situação sócio-económica débil”.

Assim, face à informação dos serviços, **propõe-se** a isenção total da dívida de consumo de água referente aos meses de Julho e Agosto de 2013, a **Artur António Fernandes**, residente Av.ª Dantas Carneiro n.º3-3.ºNorte/Poente, na União de

Freguesias de Caminha/Vilarelho, consumidor n.º 18147, conforme critérios de avaliação aprovados em reunião de Câmara de 18/01/2012.

Mais se informa que o munícipe não poderá beneficiar novamente deste apoio no decorrer de este ano, uma vez que esgotou o número de isenções previstas nos critérios aprovados em reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2012.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 10 – ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – EVANGELISTA JESUS BARROS OLIVEIRA

De acordo com a informação dos serviços e em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 6, do artigo 161º, do Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e na alínea c), do n.º 8, do mesmo artigo, "a entidade gestora poderá isentar total ou parcialmente das taxas e tarifas previstas, desde que requerido e mediante previa deliberação da Câmara Municipal, …os consumidores de comprovada situação sócio-económica débil".

Assim, face à informação dos serviços, **propõe-se** a isenção total da dívida de consumo de água referente aos meses de Junho, Julho e Agosto de 2013, a **Evangelista Jesus Barros Oliveira**, residente na Rua do Coto n.236, na União de Freguesias de Venade/Azevedo, consumidor n.º 12443, conforme critérios de avaliação aprovados em reunião de Câmara de 18/01/2012.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

Câmara Municipal de Caminha

PROPOSTA N.º 11 – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DO RAMAL DE SANEAMENTO- MARIA MARGARIDA CORREIA DE ARAÚJO PEREIRA

Nos termos do n.º 3, do art.º 166º, do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Caminha, em casos de comprovada dificuldade económica por parte do consumidor e assim entendida pela Entidade Gestora, será permitido o pagamento fracionado do montante da fatura.

Assim, face à exposição do requerente e à avaliação dos serviços da ação social, e considerando a deliberação da reunião de câmara do dia dezoito de janeiro, referente à definição de Parâmetros da Avaliação Socioeconómica e conforme consta no anexo 2 dos parâmetros da avaliação socioeconómica, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere que **Maria Margarida Correia de Araújo Pereira**, beneficie do pagamento do valor do ramal de saneamento, em 3 prestações mensais, referente à sua habitação sita no Lugar da Ponte n.º71, na freguesia de Riba de Âncora.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 12 – PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – LUIS ANDRÉ CARVALHO DE SOUSA

Nos termos do n.º 3, do art.º 166º, do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Caminha, em casos de comprovada dificuldade económica por parte do consumidor e assim entendida pela Entidade Gestora, será permitido o pagamento fracionado do montante da fatura.

Assim, face à informação dos serviços, considerando a deliberação da reunião de câmara do dia dezoito de janeiro, referente à definição de Parâmetros da Avaliação Socioeconómica, e considerando o valor da divida de (52,24€), **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere que **Luís André Carvalho de Sousa** beneficie do pagamento do valor em divida, relativo ao mês de Agosto de 2013, em 2 prestações mensais, conforme consta no anexo 3 dos parâmetros da avaliação socioeconómica referente ao consumo de água na habitação sita no Rua Ricardo Joaquim de Sousa n.º160, 2.º trás Esq. na União de Freguesia de Caminha/Vilarelho, instalação n.º 19730.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 13 – PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES – RUI MIGUEL GOMES SALGUEIRO

Nos termos do n.º 3, do art.º 166º, do Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Prediais de Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho de Caminha, em casos de comprovada dificuldade económica por parte do consumidor e assim entendida pela Entidade Gestora, será permitido o pagamento fracionado do montante da fatura.

Assim, face à informação dos serviços, considerando a deliberação da reunião de câmara do dia dezoito de janeiro, referente à definição de Parâmetros da Avaliação Socioeconómica, e considerando o valor da divida de (219,41€), **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere que **Rui Miguel Gomes Salgueiro** beneficie do pagamento do valor em divida, relativo ao mês de Junho de 2013, em 4 prestações mensais, conforme consta no anexo 3 dos parâmetros da avaliação socioeconómica referente ao consumo de água na habitação sita no Rua 31 de Janeiro n.º20, 2.ºDt.º na Freguesia de Vila Praia de Âncora, instalação n.º 18781.

Câmara Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 14 – ISENÇÃO DA ACTUALIZAÇÃO DE TARIFA DE ÁGUA A LISETE FÁTIMA PIRES CORREIA

De acordo com a informação dos serviços e em conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 6, do artigo 161º, do Regulamento Municipal de Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais e na alínea c), do n.º 8, do mesmo artigo, "a entidade gestora poderá isentar total ou parcialmente das taxas e tarifas previstas, desde que requerido e mediante previa deliberação da Câmara Municipal, …os consumidores de comprovada situação sócio-económica débil".

Considerando os critérios aprovados em reunião de Câmara, no dia 18 de janeiro de 2012, o munícipe não reúne condições para a referida isenção. A isenção, conforme consta naquela deliberação de câmara, tem a duração de um ano, podendo o munícipe renovar o pedido de isenção através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, dando lugar a uma nova reavaliação socioeconómica realizada pelo Setor da Saúde e Ação Social.

Assim, **propõe-se** o indeferimento da isenção da atualização de tarifa de água, a **Lisete Fátima Pires Correia**, residente na Rua Nossa Senhora da Assunção L/12-1.ºEsq., na Freguesia de Vila Praia de Âncora, consumidor 5958.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

Câmara Municipal de Caminha

PROPOSTA N.º 15 – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO TEMPORARIA/ "REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA SARAIVA DE CARVALHO"

Face à informação dos serviços, **propõe-se** a aprovação da alteração da postura de trânsito temporário pelo período de quatro meses referente à obra "Requalificação da Avenida Saraiva de Carvalho, conforme planta anexa, a qual fica a fazer parte integrante dos originais desta ata.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PROPOSTA N.º 16 – APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta ata, **propõe-se** que esta seja aprovada em minuta.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor do Senhor Presidente, e dos Senhores Vereadores Guilherme Lagido Domingos, Ana Sofia São João, Rui Pedro Silva, Flamiano Martins, Mário Patrício e Liliana Silva 0 votos contra e 0 abstenções.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 18 horas e 40 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.

Paços do Município do Concelho de Caminha, 05 de Novembro de 2013

Câmara Municipal de Caminha

ASSINATURAS:

O PRESIDENTE DA CÂMARA

_____

(Luís Miguel da Silva Mendonça Alves)

A SECRETÁRIA

_____

(Anabela Pereira Monteiro)